

Texto correspondente à intervenção de João Paulo Araújo Silva durante o Encontro Nacional das Pescas, realizado na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, em 5 de novembro de 2025.

Olá, boa tarde, meu nome é João Paulo, sou antropólogo e estudo o tema da pesca artesanal do arquipélago desde 2015.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer imensamente ao convite da APESC para participar desse evento e como um pesquisador que estuda o universo pesqueiro de Cabo Verde há tantos anos, eu não poderia deixar de expressar o meu contentamento com esse Encontro e também parabenizar o Sr. Susano Vicente que há meses vem trabalhando arduamente para que tivéssemos a oportunidade de estar aqui hoje falando sobre a pesca.

Também estendo os meus cumprimentos ao governo de Cabo Verde pelo apoio a esta importante iniciativa.

Pensando no tema desta fala, decidi que seria importante conversar com vocês sobre o que aprendi com os pescadores do arquipélago nos últimos anos, fazendo, assim, uma espécie de devolutiva para um público mais amplo daquilo que recebi da comunidade pesqueira.

Mas antes de começarmos, gostaria de reafirmar com vocês a minha formação em **antropologia**, o que implica deixar bem delimitado o fato de que o meu conhecimento é produzido não **sobre** os pescadores artesanais caboverdianos, mas sim com eles, junto às comunidades pesqueiras e em estreito e prolongado diálogo com meus interlocutores de pesquisa.

Para fazer isso é preciso envolvimento, afeto e compartilhamento intenso de experiências, o que do nosso ponto de vista, não diminui ou compromete os resultados obtidos. Para nós, antropólogos e antropólogas, não é possível produzir conhecimento de outra forma, já que partimos da premissa de que a neutralidade científica não passa de um bom e velho engodo.

Dito isso, para falarmos sobre a pesca e os pescadores, considerei importante trazer para esse debate uma questão que apareceu de maneira recorrente pra mim nas muitas conversas que tive com pescadores de diferentes ilhas do arquipélago, **que é o cenário de drástica diminuição do pescado instalado nas ilhas nas últimas décadas**.

Ocorre que qualquer um que queira se aprofundar sobre esse tema precisa estar consciente de que se trata de uma espécie de campo minado, um tema que divide opiniões e que inspira paixões no arquipélago.

¹ O presente documento pode ser livremente acessado no Observatório da Pesca Artesanal de Cabo Verde, na seção “Minha Produção”, a partir do endereço eletrônico <https://www.pescacaboverde.com.br/>.

E o curioso é que, nesse caso, as polêmicas não são sobre a existência ou não do cenário de escassez, já que não me parece ser necessário ser da comunidade pesqueira para reconhecer que ele é real.

Conversei sobre esse assunto com toda sorte de pessoas e não me lembro, principalmente entre os mais velhos, de quem o negasse ou não confirmasse aquilo que os pescadores artesanais falam sobre a diminuição do peixe no presente, estejam estes em Tarrafal de Santiago, na cidade da Praia, em Porto Rincão, Porto Mosquito ou em Ponta do Sol.

A polêmica sobre esse assunto surge mesmo é quando partimos para tentar determinar o que provoca tal cenário em um arquipélago que desde tempos muito remotos é descrito como um lugar muito afamado pela quantidade de pescado de seus mares.

Não fosse assim, talvez o arquipélago não possuísse uma cultura artesanal marítima tão rica, espalhada com tanta eficiência pelas diferentes ilhas do arquipélago e com tamanho alcance nas camadas populares do país.

E aqui, é importante dizer, estamos falando de comunidades pesqueiras, cuja principal técnica de extração do pescado é a linha de mão, que alia baixo impacto ecológico, com altos rendimentos financeiros e que concentra nas peixarias uma estratégia de distribuição bastante eficiente desse pescado.

E é justamente da perspectiva dessas comunidades que a sobrepesca aparece como o principal fator de desestabilização de suas práticas cotidianas de trabalho.

À diferença daqueles que não são da comunidade pesqueira e que talvez sintam os efeitos da escassez no preço do pescado - basta olhar a evolução do preço da cavala ou do atum nos últimos anos - os pescadores artesanais do arquipélago vivem um paradoxo.

Se antes havia muito peixe no arquipélago e peixe não tinha valor (é comum ouvir histórias do tempo em que o peixe era trocado por milho, batata e outros gêneros alimentícios), hoje o pescado tem valor, mas não há peixe como antigamente.

Ocorre que mesmo com a maioria dos pescadores defendendo a relação direta entre esse cenário e a **atuação de grandes embarcações estrangeiras nos mares do arquipélago**, já ouvi um bom número de pessoas relacionando esse mesmo cenário única e exclusivamente às mudanças climáticas e complementando que os pescadores não teriam elementos para fazerem tal ou qual afirmação.

Esses são debates que sempre vêm à tona no arquipélago quando se discute, por exemplo, as renovações dos acordos de pesca com a União Europeia. Ao passo que a maioria dos pescadores locais continuam a insistir que esses acordos e o aumento da atividade semi-industrial nacional em suas áreas de atuação, são os principais **vetores de produção social da escassez** em seus territórios de atuação. Da forma como eu vejo, esses são embates

que mostram de uma maneira muito transparente como o pescado dos mares do país encontra-se em franca disputa.

Aqui todos sabemos a complexidade dos acordos de pesca e o que eles envolvem, ou seja, não estou negligenciando, por exemplo, o fato da União Europeia ser uma parceira importante do estado caboverdiano em muitas outras áreas para além da pesca.

Mas esse argumento, que eu já ouvi de um alto representante do estado caboverdiano para justificar os acordos, não explica absolutamente nada sobre a pesca em si, sobre os pescadores e, portanto, não diz nada sobre os efeitos da escassez socialmente produzida e sobre seus desdobramentos na vida cotidiana das ilhas, notadamente nas camadas populares que mais diretamente exploram de maneira artesanal e ecológica esse mesmo pescado em disputa.

Um outro ponto que é levantado com muita frequência para justificar os acordos internacionais de pesca é que eles delimitam as espécies e a tonelagem que pode ser apanhada, mas também os limites geográficos de atuação dessas embarcações e que, portanto, as reclamações dos pescadores artesanais sobre a diminuição do pescado só poderiam ser infundadas.

Toda vez que essa discussão vem à tona e se mobilizam argumentos como esses para desqualificar as reclamações dos pescadores, considero que acontece algo muito sério em Cabo Verde. Isso porque, considerando a posição social dos pescadores artesanais na sociedade mais ampla, o primeiro problema é que temos uma discussão, uma disputa cujos atores envolvidos não possuem paridade de armas.

Há uma desigualdade bastante acentuada no âmbito desse debate, em função da baixa representação dos pescadores no parlamento ou mesmo no âmbito acadêmico e o que se vê é uma desconsideração imprudente da experiência de atores com 10, 20, 30, 40 anos na pesca e, portanto, de observação das águas e de suas dinâmicas.

Também não considero prudente afirmar que o quadro atual de escassez seja uma situação provocada por um fator único e isolado. É muito provável, inclusive, que haja influência das mudanças climáticas, como também de algumas artes de pesca praticadas dentro do próprio arquipélago, como a apanha desenfreada de iscas, a pesca com garrafas ou, como já foi dito, a própria atuação da frota semi industrial nacional em áreas muito próximas das costas, como acontece com muita frequência, por exemplo, na ilha do Maio.

O problema, portanto, é de base lógica, pois da mesma forma que não é possível abstrair a questão das mudanças climáticas da explicação desse quadro, também não é possível simplesmente subtrair a pesca estrangeira do rol dos fatores que geram a escassez sem incorrer em imprecisões, pois se esse mesmo tipo de pesca já causou os mesmos efeitos em outras latitudes por onde atuou, porque ela não provocaria o mesmo quadro em Cabo Verde?

Há uma série de artigos científicos, mas também de relatórios de ongs internacionais que vêm denunciando há décadas os efeitos de devastação dos oceanos provocados pela pesca de grandes navios industriais.

Inclusive, uma situação que piora o caso de Cabo Verde é a tão falada falta de fiscalização, seja de práticas predatórias internas, seja das embarcações estrangeiras, pois pouco se sabe sobre o que apanham em alto-mar, ou se elas permanecem pescando dentro dos limites estabelecidos pelos acordos.

Eu mesmo recolhi inúmeros relatos de pescadores que dão notícias muito convincentes de avistamento de embarcações industriais de pesca em áreas onde elas não deveriam atuar, como também vi com meus próprios olhos, em várias ocasiões, equipamentos utilizados por esses navios que são resgatados pelos pescadores artesanais e levados até as praias.

Não quero aqui polemizar com A ou B que fazem acordos de pesca com o arquipélago. Por outro lado, a minha intenção como pesquisador é defender a tese de que é uma falsa polêmica essa ideia de que os acordos de pesca com países estrangeiros não afetariam os mares das ilhas.

Por isso, onde antes eu era levado a pensar que essa discussão se tratava de uma polêmica, hoje eu a vejo como um caso clássico de um conflito socioambiental de grandes proporções. Há distintas lógicas de apropriação que incidem sobre o pescado caboverdiano e a parte socialmente mais fraca de toda essa cadeia de exploração são as comunidades artesanais de pesca do país.

Ao longo da minha pesquisa de doutorado, para compreender melhor o que aconteceu no passado das pescas para estarmos diante de uma situação como essa, eu mergulhei fundo nos arquivos públicos do país e levantei dados muito interessantes sobre a atividade pesqueira nas ilhas.

Encontrei, por exemplo, informações do início do século XIX que dão conta das tentativas do governo colonial em estabelecer as primeiras companhias de pesca no arquipélago.

Também encontrei muitos escritos, concentrados nos antigos Boletins de Propaganda e Informação, sobre as fábricas de conserva que foram instaladas nas ilhas a partir das primeiras décadas do século XX.

Depois encontrei muitas informações sobre a pesca nos jornais Voz di Povo e Tribuna, escritos do período do partido único que dão conta de um esforço importante para integrar a pesca e os pescadores na sociedade mais ampla.

Acompanhei com o máximo de zelo e cuidado essa história a partir dos documentos oficiais e creio poder fazer duas afirmações que, de início, podem parecer contraditórias: primeiro que é notável o avanço do governo de Cabo Verde de 1975, até o presente, no sentido reconhecer a importância do trabalho dos pescadores artesanais e peixeiras do país. Por outro lado, principalmente levando em conta os mais de dois anos que passei junto às comunidades pesqueiras do arquipélago, também creio ser possível afirmar que todo esse esforço não foi capaz de mudar o quadro de marginalidade social em que vivem as comunidades artesanais de pesca do arquipélago.

E creio que essa última afirmação seja tão verdadeira, quanto o quadro de escassez do pescado sobre o qual falamos anteriormente. Todos reconhecem essa situação de marginalidade, mas também como o assunto da escassez, esse tema costuma gerar muita polêmica quando se discute as suas causas.

Ao longo da minha trajetória de pesquisa no arquipélago já escutei muitos impropérios sobre os pescadores. Que bebem demais, que são irresponsáveis, que são atrasados em seus métodos, que fazem muito barulho, que não sabem se organizar politicamente. Essas seriam formas, inclusive, de culpá-los por algo que eles certamente não têm culpa alguma.

Mas o mais importante de toda essa história é que basta passar a conviver diariamente com os pescadores artesanais do país para se testemunhar um quadro muito distinto das visões pessimistas e fatalistas que circulam no senso comum sobre esses atores.

O que as comunidades artesanais de pesca me ensinaram é que elas se constituíram ao longo da história de ocupação das ilhas como núcleos poderosos de apropriação popular da maior riqueza existente no país e que, no presente, se encontram em uma espécie de encruzilhada, com suas praias sendo cada vez mais ocupadas por grandes empreendimentos turísticos, como também uma disputa desigual pelo pescado antes farto em suas praias.

O que fazer diante desse cenário, muitos já me perguntaram. Bom, penso que o primeiro e mais importante passo é ouvir com seriedade e comprometimento ético os próprios pescadores e peixeiras do país.

Cabo Verde possui uma rede poderosa de pesca sustentável e em um contexto de crise climática como o que vivemos, talvez estejam nessas comunidades muitas das respostas capazes de garantir um futuro verdadeiramente sustentável para as pescas, de forma a garantir o rico pescado das ilhas também para o usufruto das futuras gerações.